



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

EDITAL DE LICITAÇÃO

O **MUNICÍPIO DE DELTA/MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.020.881/0001-75, com sede na Rua Adilson Antônio Carneiro, nº 25, na cidade de Delta/MG, através do(a) Agente de Contratação (pregoeiro) e equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 4769/2025 torna pública a abertura do Processo Licitatório nº 19/2026, regido nos termos da Lei Federal 14.133/21, Lei Complementar nº 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pelas demais condições fixadas neste instrumento de Edital, torna público, para conhecimento dos interessados, que, realizará a licitação na modalidade **Concorrência Eletrônica**, com critério de julgamento **Menor Preço Global**.

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada na prestação de serviços de engenharia, destinados à execução da construção de 20 (vinte) unidades de casas habitacionais.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 3.104.203,80 (três milhões cento e quatro mil duzentos e três reais e oitenta centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 20 de maio de 2026.

LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:

Dia: 20/05/2026 às 09h00min

INÍCIO DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS:

Dia: 20/05/2026 às 09h15min

FIM DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS:

Dia: 20/05/2026 às 09h25min

ABERTURA DA SESSÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA:

Dia: 20/05/2026 às 09h30min

Suporte legal: A presente contratação será regida pela Lei Federal nº 14.133/21 e suas posteriores atualizações.

Forma de realização da concorrência eletrônica: Através do portal www.licitanet.com.br.

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Estudo Técnico Preliminar;

Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;

Anexo III – Modelo de Declarações;

Anexo IV – Minuta do Contrato;

Anexo V – Orçamento completo (QR Code);

Anexo VI – Projetos da obra (QR Code);

Anexo VII – Matriz de risco (QR Code).



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa de engenharia especializada na prestação de serviços de engenharia, destinados à execução da construção de 20 (vinte) unidades de casas habitacionais.

1.2. O orçamento completo da obra pode ser acessado pelo link constante no [Anexo V deste Edital](#).

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. Para participar da concorrência eletrônica, o licitante deverá estar credenciado no sistema “CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA” através do site <https://licitanet.com.br/>;

2.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Concorrência na forma Eletrônica;

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Concorrência os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos e observância ao art. 4º, da Lei 14.133/21;

3.2. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente no referido certame;

3.3. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações constantes dos anexos;

3.4. Como requisito para participação no CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO I (PROJETO BÁSICO);



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Edital e na Lei n.14.133/21;

3.6. Poderão participar deste CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA: os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

3.6.1. A participação no Concorrência Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

3.6.2. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma Eletrônica, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

30 dias	90 dias	180 dias	365 dias	AVULSO
R\$ 134,00	R\$ 224,00	R\$ 377,00	R\$ 557,00	R\$ 98,00

3.6.3. O referido pagamento/remuneração possui amparo legal na Lei 14.133/21.

3.7. R\$98,00 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

3.7.1. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do Município de Delta, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

3.7.2. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

3.7.3. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>;

3.7.4. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Concorrência Eletrônico;

3.7.5. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do Município de Delta, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

3.7.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

3.7.7. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.7.8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.7.9. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. 3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s), inclusive quanto ao disposto no art. 4º, da Lei 14.133/21;

3.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

3.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.10.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.2 e 3.10.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.10.2 e 3.10.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.10.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.15. Durante a vigência da contratação, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

3.16. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

3.17. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

3.17.1. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país;

3.18. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

3.18.1. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

3.19. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

3.19.1. O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.19.2. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA), até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á fase de lance, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação no prazo de 02 horas aberto pelo pregoeiro; passando desse prazo será desclassificado o fornecedor.

4.2. As propostas cadastradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

4.2.1. Em caso de identificação do licitante na proposta cadastrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo pregoeiro;

4.3. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;

4.4. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do PROJETO BÁSICO e EXECUTIVO, prevalecerão às últimas;

4.5. Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

- 4.6. O envio da proposta, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;
- 4.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 4.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;
- 4.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;
- 4.10. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 5.1.1. Valor unitário e total do item;
 - 5.1.2. Marca;
 - 5.1.3. Fabricante;
 - 5.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;
- 5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA E FORMULAÇÃO DE LANCES

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

- 6.1. No horário estabelecido neste Edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 6.1 do edital;
- 6.2. O pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis;
- 6.3. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, o pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ;
- 6.4. O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade;
- 6.5. As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo pregoeiro;
- 6.6. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br/>, conforme Edital;
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- 6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta está definido no Edital.
- 6.10. Haverá intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, no montante de R\$ 1.000,00 (um mil reais)
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no Concorrência eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;
- 6.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública;
- 6.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;
- 6.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

- 6.15. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;
- 6.16. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – PROJETO BÁSICO. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte;
- 6.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 6.18. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;
- 6.19. Sendo efetuado lance manifestamente inexecutável, o pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;
- 6.20. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;
- 6.21. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Concorrência Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;
- 6.22. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;
- 6.23. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas (24) vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/>;
- 6.24. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Concorrência Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;
- 6.25. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;
- 6.25.1. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

6.25.2. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

6.26. Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

6.27. Produzidos no País;

6.28. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

6.29. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País (art. 3º, § 2º, incisos II, III e IV da Lei nº 8666/93);

6.30. Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

6.30.1. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.30.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26, do Decreto 10.024/2019, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X do Decreto 10.024/2019;

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

7.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

7.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

7.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;

7.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

7.6.3. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

7.6.4. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;

7.6.5. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

7.6.6. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

7.6.7. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

7.6.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

8.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

8.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

8.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

8.3.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

8.3.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação;

8.3.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

8.3.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

8.3.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.3.9. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

9. DOCUMENTAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO

9.1. Serão exigidos para fins de habilitação, além daqueles indicados no Termo de Referência, os documentos previstos no art. 62 a 70 da Lei 14.133/21, especificamente:

Habilitação jurídica

1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.
6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
9. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.
10. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física.
11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
2. Prova de regularidade fiscal perante a Receita Federal;
3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

8. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
10. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual poderá auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006.

Qualificação econômico-financeira

1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios sociais;
2. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
3. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
4. Para empresas novas, constituídas no exercício de 2026, o balanço será o de abertura.

Qualificação técnica

1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País;
- 9.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.8. No caso de serviços, considerando que a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.8.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.8.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no sistema serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.14. A verificação no sistema ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.15. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.16. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.18. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.19. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.20. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.21. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital;

9.22. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.23. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.2. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

10.2.1. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

10.2.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;

10.2.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como, validade da proposta, marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;

10.2.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso;

10.2.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros;

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

10.2.6. No caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;

10.2.7. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

10.2.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante;

11. DOS RECURSOS

11.1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

11.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito;

11.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

11.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

12.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

12.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta; 12.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados;

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital;

14.2. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica através do site www.licitanet.com.br/;

14.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação;

14.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;

14.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, deverão ser realizados por forma eletrônica através do sistema;

14.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos;

14.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

14.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação; 14.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

15.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

- 15.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 15.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 15.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 15.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 15.1.5. fraudar a licitação
- 15.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 15.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 15.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 15.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 15.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 15.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 15.2. com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 15.2.1. advertência;
 - 15.2.2. multa;
 - 15.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 15.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 15.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 15.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 15.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 15.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 15.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 15.4.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 15.4.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Delta/MG, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3. caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

15.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

15.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública Municipal.

16. REAJUSTE

16.1. Os preços contratados poderão sofrer reajuste aplicando-se o índice IPCA/IBGE, com data-base vinculada à data do orçamento estimado;

16.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

16.3. Nas licitações de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 ano, o critério de reajustamento será por:

16.3.1. reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;

16.3.2. repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação de custos.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

17.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço Rua Adilson Antônio Carneiro, nº25 – Centro e endereço eletrônico www.delta.mg.gov.br.

Delta/MG, 09 de abril de 2026.

Joelma Lúcia Faria Oliveira
Secretária Municipal de Obras



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

CASAS HABITACIONAIS

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para executar serviços de engenharia civil destinados à construção das casas habitacionais, denominada no endereço Rua 76 – C & Rua Jair Silva (TRECHO 2), no município de Delta/MG, visando reduzir o déficit habitacional, promover melhores condições de moradia, dignidade e qualidade de vida às famílias beneficiárias, conforme especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), no Anteprojeto e nos demais documentos que integram o processo.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de atender à demanda habitacional existente no Município de Delta/MG, considerando que diversas famílias se encontram em situação de vulnerabilidade social e não dispõem de moradia própria ou residem em condições inadequadas.

2.2. A execução de unidades habitacionais visa proporcionar moradia digna à população beneficiária, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, da segurança e das condições de saúde das famílias contempladas. A habitação adequada é um direito social previsto no artigo 6º da Constituição Federal, sendo dever do poder público promover políticas que garantam o acesso à moradia.

2.3. Nesse contexto, torna-se necessária a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para a execução das unidades habitacionais, garantindo que a obra seja realizada com qualidade técnica, segurança, eficiência e em conformidade com as normas legais e técnicas vigentes.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A empresa a ser contratada deverá estar legalmente constituída, com especialização comprovada no ramo da engenharia, devidamente habilitada e regulamentada pelos conselhos profissionais competentes, em estrita observância à legislação vigente e às diretrizes técnicas aplicáveis.

3.2. Qualificação Técnica:

3.3. Comprovação de inscrição ou registro da empresa e do profissional técnico responsável junto ao conselho de classe pertinente (CREA/CAU).

3.4. Apresentação de cópia autenticada ou original de atestado técnico, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente vinculado à respectiva certidão de acervo técnico (CAT) expedida pelo conselho competente em nome do profissional, que demonstre capacidade técnico-profissional mediante a execução de obra ou serviço de características análogas para fins de contratação.

3.5. Apresentação de cópia autenticada ou original de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado em nome da pessoa jurídica, que comprovem capacidade técnico-operacional, regularmente expedidos pelo conselho profissional

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

competente, em nome do profissional da empresa à época da prestação dos serviços/obra a que se referem os atestados, evidenciando capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

3.6. A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, sendo consideradas aquelas cujo valor individual seja igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

3.7. Não será aceito atestado de capacidade técnica emitido por empresa que participe da mesma licitação.

3.8. Na hipótese de apresentação, por licitante, de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha integrado e, caso o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não especifique a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão observados os seguintes critérios para avaliação da qualificação técnica:

3.9. Se o atestado tiver sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas serão reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, exceto em licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, nas quais todas as experiências atestadas serão reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

3.10. Se o atestado tiver sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas serão reconhecidas para cada consorciado de acordo com seus respectivos campos de atuação, inclusive em licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

3.11. Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não esteja expressamente indicado no atestado ou na certidão, deverá ser anexada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

3.12. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que tenham motivado a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do artigo 156 da Lei nº 4.133, de 1º de abril de 2021, em decorrência de orientação proposta, prescrição técnica ou qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

3.13. O licitante deverá apresentar declaração formal que realizou vistoria minuciosa no local da prestação dos serviços objeto do contrato, tomando conhecimento das condições reais de execução dos serviços, bem como de todas as informações e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, ou declaração formal de que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto deste Edital, assumindo total responsabilidade pela não realização da vistoria, não podendo apresentar questionamentos futuros que impliquem em avenças técnicas ou financeiras, isentando o município de Delta de qualquer reclamação ou reivindicação. (Art. 63, §§ 2º, 3º e 4º da Lei nº 14.133/2021).

4. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES

4.1. O prazo para execução do objeto será de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, caracterizando-se como contratação por escopo, nos termos do inciso XVII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

4.2 O prazo de vigência do Termo de Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

4.3 A vigência contratual poderá ser prorrogada mediante Termo Aditivo, devidamente

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

justificado conforme art. 124 da Lei nº 14.133/2021

4.4 Tratando-se de obra ou serviço com escopo previamente definido, o prazo de vigência será prorrogado caso o objeto não for concluído no período inicialmente estabelecido, desde que observadas as disposições do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

4.5 Caso a não conclusão do objeto decorra de culpa da contratada, esta será formalmente constituída em mora, sujeitando-se às sanções administrativas cabíveis. Nessa hipótese, a Administração poderá optar pela extinção do contrato, adotando as medidas legalmente previstas para assegurar a continuidade da execução da obra.

4.6 Todos os equipamentos, ferramentas, máquinas, insumos e demais recursos necessários à perfeita execução dos serviços correrão integralmente por conta da contratada, sem ônus adicional para a Administração.

4.7 Homologado o resultado do certame, o adjudicatário será convocado para assinatura do Termo de Contrato, devendo fazê-lo no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Administração, hipótese em que poderá ser concedida prorrogação uma única vez, por igual período.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNI.	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE 20 (VINTE) UNIDADES DE CASAS HABITACIONAIS, COMPREENDENDO TODAS AS ETAPAS DESDE A PREPARAÇÃO DO TERRENO, FUNDAÇÕES, SUPERESTRUTURA, VEDAÇÕES, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDROSSANITÁRIAS COMPLETAS, ACABAMENTOS DE PADRÃO SANITÁRIO, URBANIZAÇÃO, PAISAGISMO, TESTES DE CARGA, COMISSONAMENTO TÉCNICO E ENTREGA FINAL, EM ESTRITA CONFORMIDADE COM A, NBR 9050/2020 E NORMAS TÉCNICAS DA ABNT.	UN	20	R\$ 3.104.203,80
Total				R\$ 3.104.203,80

6. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21. O acompanhamento será realizado pelo gestor e fiscal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente, sendo tais circunstâncias anotadas mediante simples apostila.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

6.3. As comunicações entre o município e a contratada deverão ser formalizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O município poderá convocar representante da empresa para a adoção de providências que demandem cumprimento imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o município poderá convocar o representante da empresa contratada para uma reunião inicial, com o objetivo de apresentar o plano de fiscalização. Este plano conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada (se houver), do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, entre outros aspectos.

6.6. Gestor e Fiscal:

6.7. Gestora do Contrato:

Nome completo: Kauani Taynna Ferreira Petterle Cardoso

Matrícula: 2554

CPF: 084.855.318-57

Função: Gestora do Contrato

7. Fiscal do Contrato:

Nome completo: Joelma Lúcia Faria Oliveira

Decreto: 5041

CPF: 095.809.536-19

Função: Secretária Municipal de Obras Públicas

7.1. O presente projeto básico é acompanhado da declaração de nomeação de gestor e fiscal do Contrato, sendo que o ordenador da despesa deverá manter atualizado o nome do responsável pela fiscalização da execução da entrega, do gestor e do fiscal.

7.2. O fiscal do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.3. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.3.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.3.2. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.4. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

7.1. O presente projeto básico é acompanhado da declaração de nomeação de gestor e fiscal do Contrato, sendo que o ordenador da despesa deverá manter atualizado o nome do responsável pela fiscalização da execução da entrega, do gestor e do fiscal.

7.2. O fiscal do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.3. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.3.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.3.2. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.4. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

- 8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.
- 8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.
- 8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física.
- 8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Receita Federal;
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.17. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- 8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
- 8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual poderá auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios sociais;

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

8.25. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

8.26. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.27. Para empresas novas, constituídas no exercício de 2022, o balanço será o de abertura.

Qualificação Técnica

8.28. Para venda de extintores de incêndio e seus acessórios, a CONTRATADA deve seguir as exigências e as normas técnicas em vigor (ABNT/INMETRO)

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.29.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.29.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. PRAZO PARA PAGAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

10.1. O valor contratado será fixo, compatível com os preços praticados no mercado, incluindo todos os custos diretos e indiretos necessários à plena execução do objeto, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, materiais, equipamentos, transporte, taxas, seguros e demais despesas incidentes, não cabendo qualquer ônus adicional ao Município de Delta/MG.

10.2. Por ocasião da apresentação da Nota Fiscal, a contratada deverá comprovar sua regularidade fiscal mediante a juntada da Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM) do seu domicílio tributário. Caso sediada no Município de Delta/MG, deverá apresentar a certidão municipal local; se sediada em outro município, a certidão correspondente à sua sede.

10.3. O pagamento será efetuado mediante medições mensais, baseadas nos quantitativos efetivamente executados conforme planilha orçamentária contratada, respeitado o prazo máximo de 30 (trinta) dias entre as medições, devidamente atestadas pelo fiscal do contrato.

10.4. A liquidação da despesa ocorrerá somente após a verificação da conformidade dos serviços executados com os projetos e especificações técnicas, nos termos do art. 92, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

10.5. A Nota Fiscal e toda a documentação pertinente à medição deverão ser protocoladas no setor competente do Município de Delta/MG ou encaminhadas ao setor responsável pela fiscalização da obra por meio do endereço eletrônico oficial: obras@delta.mg.gov.br

10.6. A Nota Fiscal deverá estar acompanhada das seguintes certidões e documentos válidos:

- Certidões de regularidade fiscal (Municipal, Estadual e Federal);
- Relatório fotográfico atualizado da execução dos serviços;
- Outros documentos exigidos pela fiscalização.

10.7. A Nota Fiscal deverá conter obrigatoriamente:

- descrição do objeto executado;
- números do contrato administrativo;
- números do processo licitatório;
- números do CNO da obra;
- identificação da medição correspondente;
- dados do convênio ou instrumento de repasse, quando aplicável.

10.8 Caso a Nota Fiscal seja emitida por empresa estabelecida fora do Município de Delta/MG, deverão ser observadas as disposições da legislação tributária municipal relativas ao ISSQN.

10.9 Eventuais penalidades pecuniárias poderão ser descontadas dos valores devidos à contratada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.10 Não será admitido pagamento antecipado por serviços não executados.

11.11 Antes do início da execução da obra, a contratada deverá apresentar cronograma físico-financeiro detalhado para aprovação da fiscalização.

Apresentar a atualização, a cada 180 dias, da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) referida na Lei nº 12.440 de 07.07.2011.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

- 10.1. Acompanhar a execução da obra, emitir Ordens de Serviço, fiscalizar os trabalhos e atestar as medições e Notas Fiscais/Faturas referentes à entrega do objeto do Projeto Básico.
- 10.2. Rejeitar, total ou parcialmente, quaisquer itens entregues que estejam em desacordo com as especificações do Projeto Básico ou da proposta de preços da contratada.
- 10.3. Notificar formalmente a contratada sempre que forem identificadas irregularidades na execução ou entrega dos serviços e materiais.
- 10.4. Determinar, quando necessário, a correção, reparo, remoção ou substituição de materiais ou serviços que apresentem vícios, defeitos ou não conformidades.
- 10.5. Conceder à contratada o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação, para regularizar as falhas apontadas.
- 10.6. Fornecer informações, esclarecimentos e documentos solicitados pela contratada, quando pertinentes à execução do objeto.
- 10.7. Paralisar ou suspender, a qualquer momento, total ou parcialmente, a execução do objeto contratado, mediante pagamento exclusivo pelos serviços ou materiais efetivamente executados até a data da paralisação.
- 10.8. Aplicar à contratada as sanções previstas na legislação e no contrato, quando cabíveis.
- 10.9. Exigir a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias por meio de documentos pertinentes apresentados pela contratada.
- 10.10. Garantir o acesso do pessoal da contratada aos locais de execução da obra, quando necessário.
- 10.11. Efetuar o pagamento à contratada nos valores, formas e prazos previstos neste Projeto Básico, após atesto das medições e conformidade com as especificações.
- 10.12. Comunicar à contratada qualquer alteração referente à quantidade, local de entrega ou de instalação do objeto, com antecedência suficiente para ajustes na execução.
- 10.13. Promover a fiscalização e conferência dos materiais e serviços entregues, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja em conformidade com o Projeto Básico ou normas técnicas aplicáveis.
- 10.14. Solicitar formalmente a execução de serviços, indicando a data de início e emitindo a respectiva Ordem de Serviço.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 11.1. Executar os serviços contratados com observância da melhor técnica disponível, em estrita conformidade com o Projeto Básico, atendendo rigorosamente às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), às especificações, instruções do Município de Delta/MG, normas de segurança do trabalho e à legislação aplicável.
- 11.2. A contratada responderá integralmente pela segurança da obra ou serviço até a entrega provisória do objeto à Contratante.
- 11.3. A contratada será responsável pelo armazenamento de materiais, não cabendo ao Município disponibilizar local. Caso o armazenamento seja realizado fora do canteiro de obras, deverá informar previamente à Contratante o endereço utilizado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

- 11.4. Atender prontamente às orientações e exigências apontadas pela fiscalização durante a execução do objeto contratado.
- 11.5. Responder técnica e civilmente pela qualidade e regularidade dos serviços executados.
- 11.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, o objeto do contrato que apresentar vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua execução ou de materiais empregados.
- 11.7. Garantir ao Município o direito de sustar, recusar, refazer ou corrigir quaisquer serviços ou produtos que não estejam em conformidade com as normas e especificações técnicas aplicáveis.
- 11.8. Assumir integral responsabilidade pelo fornecimento, transporte, acondicionamento e descarga dos materiais empregados na obra.
- 11.9. Garantir a qualidade, segurança, durabilidade e desempenho dos materiais empregados, conforme legislação vigente e especificações do Projeto Básico.
- 11.10. Responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto contratual.
- 11.11. Não transferir ao Município de Delta/MG qualquer responsabilidade decorrente de inadimplência relativa aos encargos mencionados no item anterior, nem onerar o objeto do contrato.
- 11.12. O contratado será o único responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, não podendo sua inadimplência gerar obrigação ou ônus à Administração, nem impedir o uso e registro da obra.
- 11.13. A contratada deverá cumprir integralmente as normas de segurança e saúde no trabalho aplicáveis à execução da obra, responsabilizando-se pelo fornecimento e fiscalização do uso de equipamentos de proteção individual e coletiva, treinamento dos trabalhadores, sinalização do canteiro e adoção de medidas preventivas contra acidentes, respondendo integralmente por eventuais ocorrências decorrentes do descumprimento dessas obrigações.
- 11.14. Manter à frente da obra profissional habilitado e qualificado para representá-lo junto à fiscalização.
- 11.15. Responder por danos diretos causados ao Município ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo próprio ou de seus empregados, sem eximir a fiscalização de suas responsabilidades.
- 11.16. Executar o objeto do contrato de acordo com os parâmetros apresentados na proposta e com as normas técnicas e de segurança aplicáveis.
- 11.17. Proceder à substituição do pessoal, quando necessário, caso algum empregado se torne impossibilitado de continuar a execução dos serviços.
- 11.18. Comunicar ao Município de Delta/MG todas as ocorrências relevantes durante a execução da obra.
- 11.19. Participar de diligências e providências a seu encargo, quando solicitadas pelo Poder Público, com antecedência adequada.
- 11.20. Recolher o ISSQN no Município de Delta/MG, em conformidade com a legislação municipal vigente.
- 11.21. Providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), o cadastramento da obra no sistema municipal de ISSQN

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

(RECOM) e o cadastro junto ao INSS (CNO – Cadastro Nacional de Obras), conforme legislação aplicável.

11.22. Garantir a reserva de cargos, nos termos legais, para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, durante todo o período da execução contratual.

11.23. Cumprir todas as obrigações legais relativas à adequação ambiental durante a execução da obra, nos termos do art. 45 da Lei nº 14.133/2021.

11.24. Manter, durante todo o prazo contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.

11.25. Apresentar à fiscalização, ao término da obra, a Certidão de Quitação Previdenciária emitida pela Receita Federal, comprovando a regularidade do INSS referente à mão de obra utilizada.

11.26. Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-lo durante a execução do contrato.

12. GARANTIA DO CONTRATO

12.1. A garantia contratual será exigida com o objetivo de assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas.

12.2. Para a presente contratação, considerando tratar-se de obra de engenharia de médio porte, fica estabelecida a exigência de garantia no percentual de: 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme art. 98 da Lei nº 14.133/2021.

A garantia poderá ser apresentada nas modalidades previstas em lei, tais como:

Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

Seguro-garantia;

Fiança bancária.

12.3. A exigência encontra-se fundamentada na necessidade de mitigar riscos inerentes à execução da obra, assegurando a conclusão adequada das unidades habitacionais.

12.4. Não Exigência de Garantia (Hipótese Alternativa)

12.5. A Administração poderá, mediante justificativa técnica devidamente registrada no processo, optar pela não exigência de garantia contratual, nos casos em que:

O risco da contratação seja considerado baixo;

A execução seja de menor complexidade;

O custo da garantia se mostre desproporcional ao benefício esperado;

Haja interesse em ampliar a competitividade, especialmente para micro e pequenas empresas.

Tal decisão deverá observar os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e interesse público.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão á conta de recursos específicos deste exercício, na dotação abaixo discriminada;

02.10.16.482.0047.44.90.51.00.00 – Rubrica 435 - Obras.

14. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Aplicam-se à presente contratação as disposições do Capítulo I – das infrações e sanções administrativas, do título iv da lei 14.133/21.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

15. ORGÃO PARTICIPANTE

15.1. Secretaria Municipal de Obras Públicas.

Delta, 31 de Março de 2026.

Joelma Lucia Faria Oliveira
Secretaria Municipal de Obras Públicas



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem como objetivo atender à demanda habitacional existente no município, por meio da construção de 20 (vinte) unidades habitacionais, destinadas a famílias em situação de vulnerabilidade social e/ou inscritas em programas habitacionais de interesse social. A necessidade da contratação decorre do déficit habitacional identificado, bem como da precariedade das condições de moradia de parte da população, que atualmente reside em imóveis inadequados, insalubres ou em situação de risco. A execução das obras visa proporcionar moradia digna, segura e com infraestrutura adequada, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários e promovendo o desenvolvimento social e urbano da região. Dessa forma, torna-se indispensável a contratação de empresa especializada no ramo da construção civil, devidamente habilitada e com capacidade técnica comprovada, para execução das unidades habitacionais conforme padrões de qualidade, segurança e normas técnicas vigentes.

1.1 Objetivo da descrição da necessidade:

O objetivo desta descrição é justificar e evidenciar a necessidade da contratação de empresa especializada para a construção de 20 (vinte) unidades habitacionais, demonstrando a relevância da demanda, os benefícios esperados e o interesse público envolvido. Busca-se, ainda, fundamentar tecnicamente a futura contratação, garantindo que a solução adotada seja adequada para reduzir o déficit habitacional identificado, promover moradia digna às famílias beneficiadas e assegurar a correta aplicação dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da legalidade,

1.2 Justificativa para contratação

A contratação de empresa especializada para a construção de 20 (vinte) unidades habitacionais no município de Delta, Minas Gerais, fundamenta-se na necessidade de enfrentamento do déficit habitacional existente, bem como na melhoria das condições de vida da população local em situação de vulnerabilidade social.

a) Dados quantitativos:

O município de Delta/MG apresenta demanda crescente por moradias, decorrente do aumento populacional e da formação de novos núcleos familiares. Levantamentos locais indicam a existência de famílias vivendo em condições precárias, em imóveis inadequados ou em situação de coabitação forçada. Tal cenário evidencia a insuficiência da oferta habitacional atual para atender de forma digna à população.

b) Impacto positivo do empreendimento:

A construção das 20 unidades habitacionais proporcionará benefícios diretos e indiretos à comunidade, tais como: Redução do déficit habitacional no município; Melhoria das condições de moradia, promovendo saúde, segurança e bem-estar às famílias beneficiadas; Diminuição de riscos associados a habitações precárias, como insalubridade e vulnerabilidade estrutural; Estímulo à economia local, com geração de empregos diretos e indiretos durante a execução da obra; Fortalecimento das políticas públicas de habitação e inclusão social.

c) Impacto negativo do não atendimento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

A não realização da obra implicará na manutenção ou agravamento do déficit habitacional, perpetuando situações de moradia inadequada. Isso pode resultar em:

Aumento da vulnerabilidade social das famílias;

Agravamento de problemas de saúde decorrentes de condições insalubres;

Maior pressão sobre serviços públicos assistenciais;

Crescimento desordenado de ocupações irregulares.

d) Situação socioeconômica:

A população a ser beneficiada é composta majoritariamente por famílias de baixa renda, com acesso limitado a financiamento habitacional no setor privado. Indicadores socioeconômicos demonstram a presença de vulnerabilidade social, com níveis relevantes de desemprego e baixa renda familiar. Nesse contexto, a intervenção do poder público por meio da construção de habitações populares torna-se essencial para garantir o direito à moradia digna, conforme previsto na Constituição Federal.

Diante do exposto, a contratação de empresa especializada para execução das obras mostra-se medida necessária, adequada e alinhada às políticas públicas de habitação, visando atender ao interesse público e promover o desenvolvimento social do município de Delta/MG.

Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação de empresa especializada para execução de obras de engenharia destinadas à construção de 20 (vinte) unidades habitacionais deverão observar requisitos técnicos, legais, ambientais e de qualidade, conforme descrito a seguir:

2.1 Sustentabilidade em obras de engenharia

A presente contratação deverá estar alinhada ao Plano de Contratações Anual e, quando existente, ao Plano Diretor de Logística Sustentável do município, observando as diretrizes das Instruções Normativas SEGES/ME nº 81 e nº 58/2022, no que couber. Os critérios de sustentabilidade deverão contemplar, de forma integrada, as dimensões econômica, social, ambiental e cultural, incluindo: Utilização de materiais com menor impacto ambiental, preferencialmente recicláveis, reutilizáveis ou de origem certificada; Adoção de práticas que promovam eficiência energética e hídrica nas unidades habitacionais; Gestão adequada de resíduos da construção civil, com segregação, transporte e destinação final conforme a legislação vigente; Redução de desperdícios de materiais e racionalização de recursos naturais; Priorização de mão de obra local, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região; Atendimento às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos e demais normas ambientais aplicáveis.

Quando necessário, deverão ser elaborados estudos ambientais pertinentes, com identificação de impactos e proposição de medidas mitigadoras, podendo incluir instrumentos como EIA/RIMA ou relatórios simplificados, conforme a complexidade da obra. Todas as práticas sustentáveis adotadas deverão ser devidamente justificadas e registradas no Estudo Técnico Preliminar (ETP). Eventual impossibilidade de adoção de critérios sustentáveis deverá ser formalmente motivada, com base em aspectos técnicos e legais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

2.2. Indicação de marcas ou modelos

Para fins desta contratação, a indicação de marcas ou modelos deverá considerar, especialmente:

Compatibilidade técnica entre os materiais: garantindo a adequada integração dos sistemas construtivos (estrutura, alvenaria, cobertura, instalações elétricas e hidrossanitárias);

Desempenho, durabilidade e segurança: assegurando que os materiais utilizados atendam às exigências mínimas de resistência, vida útil e segurança das edificações habitacionais;

Eficiência térmica e energética: priorizando materiais que contribuam para o conforto térmico das unidades habitacionais e redução do consumo energético;

Conformidade com normas técnicas: atendimento às normas da ABNT e demais regulamentações aplicáveis à construção civil, especialmente no que se refere a desempenho de edificações habitacionais.

2.3. Vedação de utilização de marca/produto

Nos termos do art. 41, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, poderá ser vedada a utilização de determinadas marcas ou produtos, desde que tal restrição seja devidamente justificada.

A vedação deverá ser excepcional e fundamentada em:

Histórico comprovado de desempenho insatisfatório;

Problemas relacionados à qualidade, durabilidade ou segurança;

Falta de suporte técnico ou assistência adequada;

Incompatibilidade com os padrões exigidos para a obra.

Todas as justificativas deverão constar formalmente no ETP, acompanhadas de documentação comprobatória, garantindo transparência e legalidade ao processo.

2.4. Carta de solidariedade

A exigência de carta de solidariedade do fabricante ou fornecedor somente será admitida em situações excepcionais, nas quais fique comprovada a necessidade técnica para garantir a adequada execução do objeto contratado.

Tal exigência deverá:



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

Ser devidamente justificada no processo administrativo;

Demonstrar sua imprescindibilidade para assegurar a qualidade e continuidade da obra;

Não comprometer a competitividade do certame.

Na ausência de justificativa robusta, não será admitida a exigência deste documento, em respeito aos princípios da ampla concorrência e isonomia.

2.5. Requisitos técnicos gerais da execução

Além dos critérios acima, a empresa contratada deverá:

Possuir registro regular no CREA/CAU;

Apresentar responsável técnico habilitado;

Executar a obra conforme projetos, memoriais descritivos e normas técnicas vigentes;

Garantir a qualidade dos serviços executados;

Cumprir prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro;

Observar normas de segurança do trabalho e legislação trabalhista;

2.6 Subcontratação

A subcontratação será admitida de forma parcial, desde que não comprometa a qualidade, o desempenho e a responsabilidade técnica da execução do objeto.

a. Percentual permitido

Fica estabelecido que a subcontratação poderá ocorrer até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, devendo incidir apenas sobre serviços acessórios ou complementares, conforme disposto no art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

b. Vedação

É vedada a subcontratação integral do objeto, bem como das parcelas consideradas de maior relevância técnica e valor significativo, tais como:

Execução estrutural das unidades habitacionais;

Fundação e superestrutura;

Coordenação geral da obra.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

Para fins de qualificação técnica, as exigências de atestados deverão restringir-se às parcelas de maior relevância, assim consideradas aquelas com valor individual igual ou superior a 4% do valor estimado da contratação, conforme art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

2.7. Garantia da Contratação

A garantia contratual será exigida com o objetivo de assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas.

Para a presente contratação, considerando tratar-se de obra de engenharia de médio porte, fica estabelecida a exigência de garantia no percentual de:

5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme art. 98 da Lei nº 14.133/2021.

A garantia poderá ser apresentada nas modalidades previstas em lei, tais como:

Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

Seguro-garantia;

Fiança bancária.

A exigência encontra-se fundamentada na necessidade de mitigar riscos inerentes à execução da obra, assegurando a conclusão adequada das unidades habitacionais.

2.8. Não Exigência de Garantia (Hipótese Alternativa)

A Administração poderá, mediante justificativa técnica devidamente registrada no processo, optar pela não exigência de garantia contratual, nos casos em que:

O risco da contratação seja considerado baixo;

A execução seja de menor complexidade;

O custo da garantia se mostre desproporcional ao benefício esperado;

Haja interesse em ampliar a competitividade, especialmente para micro e pequenas empresas.

Tal decisão deverá observar os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e interesse público.

2.9. Realização de Vistoria



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 14 horas.

2.9.1. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, a qual poderá ser agendada através do e-mail obras@delta.mg.gov.br.

2.9.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico (arquiteto ou engenheiro) deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

2.10 Padrões Mínimos de Qualidade

Especificações técnicas

Os serviços e materiais utilizados deverão atender a padrões mínimos de qualidade, durabilidade, segurança e desempenho, conforme normas técnicas aplicáveis, especialmente as da ABNT.

As unidades habitacionais deverão observar:

Padrões adequados de habitabilidade;

Segurança estrutural;

Conforto térmico;

Funcionalidade dos ambientes.

Conformidade normativa

Todos os materiais e serviços deverão estar em conformidade com normas técnicas emitidas por órgãos competentes ou entidades credenciadas pelo INMETRO, conforme art. 42 da Lei nº 14.133/2021.

Certificação e comprovação



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

Poderão ser exigidos, quando aplicável:

Certificados de qualidade;

Laudos técnicos;

Ensaio laboratoriais;

Apresentação de amostras.

Obrigações da contratada

A contratada deverá:

Garantir a qualidade dos materiais e serviços executados;

Substituir materiais em desconformidade;

Cumprir integralmente as especificações do projeto e memorial descritivo.

Participação de consórcios

Esta licitação não permitirá a formação de consórcios, uma medida considerada excepcional e que, conforme o Art. 15, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, requer justificativa técnica. A decisão se baseia na discricionariedade da Administração Pública e na avaliação do objeto licitado, que não apresenta a escala ou a complexidade que justificariam a atuação conjunta de empresas. Como aponta Marçal Justen Filho, consórcios não são incentivados pelo direito brasileiro devido ao risco de práticas anticompetitivas e à redução da concorrência.

A restrição visa garantir a qualidade dos serviços, considerando que o objeto da licitação, referente a serviços de engenharia para a construção de 20 casa habitacionais, não exige qualificações distintas que justifiquem a formação de consórcios. Embora a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) permita consórcios como regra geral, é comum que a Administração Pública os autorize apenas quando o porte ou a complexidade do objeto requeira tal associação, o que não é o caso. Dessa forma, a vedação busca preservar a isonomia entre os participantes e assegurar um processo licitatório mais justo e competitivo.

3 - Levantamento de mercado

Esta etapa do estudo técnico preliminar consiste no levantamento para identificar quais soluções existentes no mercado que atendem aos requisitos estabelecidos, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, com os respectivos preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

3.1 Levantamento com potenciais contratadas

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

No caso em tela, foi realizada consulta pública e transparente com potenciais contratadas visando alinhar as expectativas deste estudo com as práticas de mercado. Caso, após o levantamento, a quantidade de contribuições seja considerada restrita, a equipe responsável pelo planejamento da contratação poderá avaliar a indispensabilidade dos critérios restritivos à participação, procedendo à sua flexibilização quando pertinente.

O planejamento e a instrução dos processos licitatórios estão em consonância com as práticas adotadas no mercado, especialmente no que se refere à identificação de novas metodologias, tecnologias e inovações que melhor atendam às necessidades da Administração Pública.

A execução da obra está alinhada às orientações e normas técnicas que regulam atividades em instituições de saúde, bem como aos requisitos estabelecidos pelos órgãos de controle, vigilância sanitária e segurança.

Considerando os requisitos definidos e as opções disponíveis no mercado, foram analisados aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização. A análise das alternativas viáveis foi realizada para garantir que a escolha final seja a mais adequada para as necessidades do município de Delta. Este levantamento de mercado visa, entre outros objetivos, analisar as alternativas possíveis e fornecer uma justificativa técnica e econômica para a escolha da solução a ser contratada. Os projetos seguiram as normativas e especificações técnicas que regem o objeto, baseando-se em parâmetros que refletem a organização do cuidado, práticas e processos de trabalho em serviços de saúde. Na indústria da construção civil, cada projeto é uma combinação complexa de materiais, recursos e tempo. A escolha dos métodos construtivos adequados é crucial, pois impacta diretamente na eficiência, custo e qualidade das obras. Nesse contexto, explorar e compreender as nuances de cada método construtivo é fundamental para tomar decisões estratégicas que impulsionem a excelência na execução do projeto.

Alternativa	Análise Técnica	Conclusão
Reforma de unidade existente	Inviável por ausência de imóvel compatível com programa mínimo	Rejeitada
Locação de imóvel	Não atende exigências sanitárias e estruturais	Rejeitada
Construção modular pré-fabricada	Maior custo unitário e menor durabilidade estrutural	Rejeitada
Construção convencional	Atende integralmente normas	Escolhida

4.0 - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

4.1 Objeto

4.1.1 Contratação de empresa especializada para execução de obra de construção de 20 (Vinte) Casas Habitacionais, de acordo com especificações, anexos, encartes e instruções complementares previstas no edital de licitação e no Projeto Básico.

4.2 Classificação do objeto

42.1 Serviços não contínuos ou contratados por escopo, conforme do Art. 6, inciso XVII da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

4.2.2 A contratação será realizada por meio de licitação tradicional, na modalidade Concorrência, na forma Eletrônica, regida pela Lei nº 14.133/2021.

4.2.3 A concorrência foi escolhida por ser a modalidade de licitação preferencial para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia.

4.2.4. Os procedimentos para operação da sessão pública a partir da abertura da licitação até a etapa de homologação observam as disposições da Lei nº 14.133/2021

4.3 Escopo da contratação

4.3.1 Elaboração de projetos de arquitetura e engenharia englobando, quando:

4.3.1.1 Laudos técnicos de perícia ou avaliação

4.3.1.2 Programa de necessidades;

4.3.1.3 Estudos preliminares

4.3.1.4 Projetos básicos/legais e aprovações nos órgãos competentes;

4.3.1.6 Orçamentos referenciais, cronogramas físico-financeiros e documentação complementar a estes.

4.3.2 Elementos que se fizerem necessários para a clareza e delineação do objeto, de acordo com especificações.

4.3.3 Coordenação e supervisão de projetos de forma a manter a integração entre os produtos técnicos elaborados.

4.3.4 Execução de obra de construção observando o cumprimento do cronograma previsto.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

A estimativa das quantidades para a contratação foi elaborada com base em parâmetros técnicos de projetos habitacionais de interesse social, considerando unidades padrão com área média aproximada de **53,86 m²**, totalizando cerca de **1.077,20 m² de área construída** para as 20 (vinte) unidades habitacionais. As quantidades apresentadas são estimativas preliminares, devendo ser detalhadas e ajustadas na fase de elaboração do projeto básico/executivo e orçamento analítico.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNI.	QUANT.	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE 20 (VINTE) UNIDADES DE CASAS HABITACIONAIS, COMPREENDENDO TODAS AS ETAPAS DESDE A PREPARAÇÃO DO TERRENO, FUNDAÇÕES, SUPERESTRUTURA, VEDAÇÕES, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDROSSANITÁRIAS COMPLETAS, ACABAMENTOS DE PADRÃO SANITÁRIO, URBANIZAÇÃO, PAISAGISMO, TESTES DE CARGA, COMISSIONAMENTO TÉCNICO E ENTREGA FINAL, EM ESTRITA CONFORMIDADE COM A, NBR 9050/2020 E NORMAS TÉCNICAS DA ABNT.	UN	20	R\$ 3.104.203,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

Total				R\$ 3.104.203,80

6 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

O objeto da contratação consiste na execução de obra de engenharia para construção de unidade de saúde, a qual demanda integração técnica contínua entre as diversas etapas construtivas, tais como serviços preliminares, fundações, estrutura, vedações, cobertura, instalações elétricas e hidrossanitárias, acabamentos, serviços externos e comissionamento final. Tais atividades são interdependentes e exigem coordenação técnica unificada, de modo que a fragmentação da execução poderia comprometer a compatibilidade entre sistemas construtivos, a qualidade final da edificação e o atendimento às normas técnicas aplicáveis às edificações destinadas. O parcelamento da contratação em múltiplos contratos, seja por etapas construtivas ou por especialidades, implicaria riscos adicionais à administração, tais como dificuldades de responsabilização técnica, sobreposição de obrigações entre contratados, aumento da probabilidade de conflitos operacionais, além de maior complexidade na fiscalização e no gerenciamento contratual. Esses fatores tendem a elevar os custos indiretos, ampliar o risco de atrasos e comprometer a eficiência da execução, afastando-se do interesse público.

Sob o ponto de vista econômico, a execução da obra por meio de contratação única favorece a obtenção de melhores condições comerciais, em razão do ganho de escala na aquisição de materiais, no planejamento da mão de obra e na logística de execução. A centralização da responsabilidade em um único contratado também contribui para maior previsibilidade dos custos globais e para a adequada gestão dos riscos inerentes à obra.

Ademais, a adoção de contratação não parcelada está alinhada à prática consolidada em obras públicas de porte e complexidade semelhantes, especialmente quando se trata de edificações de uso institucional e contínuo, nas quais a padronização dos serviços e a uniformidade da execução são essenciais para garantir desempenho, durabilidade e segurança da edificação.

Ressalta-se que o não parcelamento não implica restrição indevida à competitividade, uma vez que o mercado dispõe de empresas com capacidade técnica e operacional compatível com o objeto, conforme demonstrado pelo levantamento de mercado e pela natureza dos serviços previstos. Ao contrário, a contratação integrada tende a assegurar maior eficiência administrativa, melhor controle da execução e maior garantia de entrega do objeto em condições adequadas de funcionamento. Dessa forma, conclui-se que a opção pela **não realização do parcelamento da contratação** mostra-se tecnicamente adequada, juridicamente amparada e economicamente vantajosa, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, bem como às diretrizes estabelecidas pela legislação vigente e pelos órgãos de controle.

7. Contratações correlatas e/ou interdependentes

A contratação decorrente deste estudo técnico preliminar apresenta relação direta com outras contratações que, embora possam ocorrer de forma autônoma, mantêm vínculo funcional e operacional com a implantação da nova unidade de saúde no município de Delta. Tais contratações correlatas e interdependentes são necessárias para assegurar o pleno funcionamento da unidade após a conclusão da obra civil.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

No âmbito da execução da obra, a contratação principal refere-se à construção da unidade, compreendendo os serviços de engenharia, fornecimento de materiais e execução das etapas previstas nos projetos e especificações técnicas. Eventuais contratações complementares poderão ser necessárias para a execução de serviços especializados que não integrem diretamente o escopo da obra principal, desde que devidamente justificadas e compatíveis com o planejamento global da administração.

Após a conclusão da obra, a efetiva operacionalização da unidade poderá demandar contratações correlatas destinadas ao fornecimento de mobiliário, equipamentos permanentes, equipamentos médico-assistenciais, sistemas de tecnologia da informação, soluções de conectividade, bem como serviços de manutenção predial e de apoio. Essas contratações, embora distintas da obra civil, são interdependentes no sentido de que sua implementação é condição necessária para o funcionamento adequado da unidade de saúde.

Ressalta-se que a eventual realização dessas contratações observará o planejamento orçamentário e financeiro do município, bem como as diretrizes da legislação aplicável, sendo estruturadas de modo a evitar sobreposição de objetos, fracionamento indevido ou duplicidade de despesas. A administração deverá avaliar, em cada caso, a oportunidade e a conveniência de promover contratações separadas ou integradas, considerando critérios de economicidade, eficiência administrativa e viabilidade operacional.

Destaca-se, ainda, que as contratações correlatas deverão ser compatibilizadas com o cronograma de execução da obra, de forma a garantir que a entrega dos bens e serviços necessários à operação da unidade ocorra em momento adequado, evitando atrasos na entrada em funcionamento da unidade ou a ociosidade de recursos públicos. Assim, embora a contratação objeto deste estudo técnico preliminar possua escopo próprio e claramente definido, reconhece-se a existência de contratações correlatas e interdependentes que, devidamente planejadas e executadas, contribuirão para o alcance dos resultados pretendidos pela Administração, assegurando a plena funcionalidade da nova unidade de saúde e o atendimento adequado às necessidades da população.

8. Alinhamento entre a contratação e o planejamento

A presente contratação encontra-se alinhada com o planejamento estratégico da Administração Municipal de Delta/MG, estando compatível com os instrumentos de planejamento e gestão vigentes.

A iniciativa de construção de 20 (vinte) unidades habitacionais está diretamente relacionada às políticas públicas de habitação de interesse social, com o objetivo de reduzir o déficit habitacional e promover melhores condições de vida à população em situação de vulnerabilidade.

8.1 Plano de Contratações Anual (PCA)

A demanda está prevista no Plano de Contratações Anual do município, sendo classificada como ação prioritária na área de infraestrutura urbana e habitação, garantindo a devida programação orçamentária e administrativa para sua execução.

8.2 Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade orçamentária



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

A contratação encontra respaldo na Lei Orçamentária Anual vigente, com dotação específica destinada à execução de obras de habitação popular, assegurando a disponibilidade de recursos financeiros para sua realização.

9 Resultados Pretendidos

presente contratação tem como finalidade alcançar resultados concretos e mensuráveis, alinhados ao interesse público e às políticas de habitação social, visando atender à demanda por moradia digna no município de Delta/MG.

9.1 Resultados sociais

- Redução do déficit habitacional no município;
- Atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade social;
- Melhoria das condições de vida, saúde e segurança dos beneficiários;
- Promoção da inclusão social e da dignidade humana por meio do acesso à moradia adequada.

9.2 Resultados urbanos e estruturais

- Ordenamento do crescimento urbano, evitando ocupações irregulares;
- Melhoria da infraestrutura urbana local;
- Integração das novas unidades habitacionais ao tecido urbano existente;
- Valorização da área urbana beneficiada.

9.3 Resultados econômicos

- Geração de empregos diretos e indiretos durante a execução da obra;
- Fomento à economia local, com aquisição de materiais e contratação de serviços;
- Melhor aproveitamento dos recursos públicos, com foco na economicidade e eficiência.

9.4 Resultados operacionais

- Execução da obra dentro dos prazos estabelecidos;
- Entrega de unidades habitacionais com qualidade, segurança e durabilidade;
- Redução de custos futuros com manutenção corretiva, em razão da adoção de padrões adequados de construção;
- Atendimento integral às especificações técnicas e normas vigentes.

9.5 Resultados ambientais

- Adoção de práticas sustentáveis na execução da obra;
- Redução de impactos ambientais por meio da gestão adequada de resíduos da construção civil;
- Uso racional de recursos naturais, como água e energia;
- Promoção de conforto térmico nas unidades habitacionais.

9.6 Indicadores de desempenho (sugestão)

Para avaliação dos resultados, poderão ser utilizados os seguintes indicadores:

- Percentual de unidades entregues dentro do prazo;
- Número de famílias beneficiadas;
- Índice de conformidade da obra com as especificações técnicas;
- Redução de demandas por moradia cadastradas no município;
- Grau de satisfação dos beneficiários.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para viabilizar a contratação e assegurar a adequada execução das obras de construção das 20 (vinte) unidades habitacionais, a Administração deverá adotar previamente as seguintes providências:

10.1 Regularização da área

- Verificação da titularidade do terreno;
- Regularização fundiária, quando necessário;
- Garantia de que o imóvel esteja livre e desembaraçado de ônus;
- Compatibilização com o plano diretor municipal e legislação urbanística.

10.2 Levantamentos técnicos preliminares

- Execução de sondagem do solo (quando aplicável);
- Avaliação das condições geotécnicas e de drenagem;
- Identificação de interferências existentes no local.

10.3 Elaboração de projetos

- Desenvolvimento do projeto arquitetônico;
- Elaboração dos projetos complementares (estrutural, elétrico, hidrossanitário);
- Compatibilização entre os projetos; .

10.4 Licenciamento e autorizações

- Obtenção de licenças ambientais, quando exigidas;
- Aprovação dos projetos junto aos órgãos competentes;
- Atendimento às exigências de concessionárias de serviços públicos.

10.5 Planejamento orçamentário e financeiro

- Elaboração do orçamento detalhado com base em referências oficiais (SINAPI);
- Previsão de recursos na Lei Orçamentária Anual (LOA);
- Verificação de eventuais convênios ou fontes de financiamento;
- Definição do cronograma físico-financeiro.

10.6 Preparação do processo licitatório

- Elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- Elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico;
- Definição da modalidade de licitação;
- Estabelecimento de critérios de julgamento e habilitação;
- Análise jurídica prévia.

10.7 Estrutura de fiscalização e gestão contratual

- Designação de fiscal e gestor do contrato;
- Definição de equipe técnica para acompanhamento da obra;
- Estabelecimento de rotinas de medição e controle;
- Implantação de mecanismos de controle de qualidade.

10.8 Infraestrutura e condições do local

- Garantia de acesso ao local da obra;
- Disponibilização de pontos de água e energia, quando necessário;
- Preparação do terreno para início das atividades;
- Definição de área para instalação do canteiro de obras.

10.9 Diretrizes de sustentabilidade

- Planejamento da gestão de resíduos da construção civil;

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

- Definição de práticas de uso racional de recursos naturais;
 - Inclusão de critérios sustentáveis nos documentos da contratação.
-

10.10 Comunicação e transparência

- Divulgação das informações relevantes à população;
- Articulação com setores sociais e administrativos do município;
- Registro e documentação de todas as etapas do processo.

11- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A execução das obras de construção de 20 (vinte) unidades habitacionais poderão gerar impactos ambientais, tanto na fase de implantação quanto na fase de operação. A identificação prévia desses impactos permite a adoção de medidas mitigadoras, visando minimizar efeitos adversos e assegurar a sustentabilidade do empreendimento.

11.1 Impactos ambientais na fase de implantação (obra)

a. Suprimento de vegetação

A limpeza do terreno poderá implicar na retirada de vegetação existente, causando alteração da cobertura vegetal local.

b. Movimentação de solo

As atividades de terraplenagem e escavação poderão provocar:

- Alteração da estrutura do solo;
- Risco de erosão;
- Geração de poeira.

c. Geração de resíduos da construção civil

A obra gerará resíduos sólidos (entulhos, sobras de materiais), que, se não manejados adequadamente, podem causar poluição do solo e do ambiente.

d. Emissão de poeira e ruídos

O uso de máquinas e equipamentos poderá gerar:

- Poluição atmosférica (material particulado);
- Poluição sonora, impactando o entorno.

e. Consumo de recursos naturais

A execução da obra demandará uso de água, energia elétrica e matérias-primas, podendo impactar os recursos disponíveis.

11.2 Impactos ambientais na fase de operação (uso das moradias)

a. Geração de resíduos sólidos domiciliares

As unidades habitacionais gerarão resíduos domésticos que deverão ser corretamente destinados.

b. Consumo de água e energia

O uso contínuo das moradias implicará aumento da demanda por recursos naturais.

c. Alteração do uso do solo

A implantação das unidades contribuirá para a urbanização da área, alterando as características originais do local.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

11.3 Medidas mitigadoras e de controle

Para minimizar os impactos identificados, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

a. Controle da supressão vegetal

- Realizar supressão apenas quando estritamente necessário;
- Promover, quando possível, compensação ambiental.

b. Controle de erosão e poeira

- Umidificação periódica do solo;
- Implantação de sistemas de drenagem provisórios;
- Proteção de áreas expostas.

c. Gestão de resíduos da construção civil

- Segregação dos resíduos por tipo;
- Destinação adequada conforme legislação vigente;
- **Prioridade para reutilização e reciclagem.**

d. Controle de ruídos

- Limitação de horários de execução;
- Manutenção adequada de equipamentos.

e. Uso racional de recursos

- Redução do desperdício de materiais;
- **Controle do consumo de água e energia durante a obra.**

f. Educação ambiental

- Orientação dos trabalhadores quanto às boas práticas ambientais;
- Conscientização dos futuros moradores sobre uso sustentável dos recursos.

12 Os responsáveis pela produção dos elementos e/ou peças técnicas exclusivamente relacionados com engenharia e/ou arquitetura e/ ou técnica industrial devem ser identificados nos autos (art. 2º, I, da IN conjunta MP/CGU nº 01/2016).

Delta, 31 de Março de 2026.

Joelma Lucia Faria Oliveira
Secretaria Municipal de Obras publicas
Decreto 5041/2026



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL/DE PREÇOS

Processo Nº

Concorrência Eletrônica:

Tipo:

Objeto:

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE:
CNPJ:
INSC. ESTADUAL:
ENDEREÇO:
CIDADE:
ESTADO:
TELEFONE:
E-MAIL:

INFORMAÇÕES PARA PAGAMENTOS:
Banco:
Agência:
Conta:

REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:
Nome/ Nacionalidade/ Estado Civil/ RG/ CPF:
E-mail:
Telefone:

1. Planilha da proposta:

Item	Un	Qtd.	Especificação	Marca	Valor Unitário	Valor Total do Item
Valor Global da Proposta: R\$ _____ (_____)						

2. Validade da Proposta: 60 dias;

A empresa vencedora deverá apresentar PROSPECTO, ficha técnica ou outros documentos com informações que permitam a perfeita identificação e qualificação do item licitado;

A proposta de preços ajustada ao lance final deverá conter o valor numérico dos preços unitários e totais, não podendo exceder o valor do lance final;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

Quando da atualização da proposta de preço, o licitante deverá atualizar observando os valores unitários e globais os quais deverão ser menores ou iguais aos valores máximos/referência expressos no Anexo I - termo de referência;

O preço proposto deve compreender todas as despesas concernentes ao fornecimento do (s) material (is), bem como Impostos, Tributos, Frete, Contratação de Pessoal, entre outros, que deverão correr totalmente por conta da Empresa vencedora;

Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente;

Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

Declaramos que não possuímos em nosso quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme Lei n. 14.133/21, e não possuímos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que não estamos cumprindo pena de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas Federal, Estadual e Municipal, inclusive no Distrito Federal, Lei nº. 14.133/21.

_____, ____ de _____ de 2026.

Razão Social da Empresa

Nº do CNPJ

Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO
HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XX/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XX/2026

A Pessoa Jurídica, com sede na, nº, complemento, bairro, cidade, Estado, inscrita no CNPJ, telefone, e-mail, através de seu representante legal Sr. (a), nacionalidade, profissão, estado civil, RG e CPF, residente e domiciliado à, pelo presente DECLARA, perante a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Delta, que:

- A) Cumpre e submete-se plenamente os requisitos de habilitação.
- B) Sob as penas da lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
- C) Que a empresa licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- D) Que a empresa licitante NÃO possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.
- E) Que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública ou suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de Delta.

Quando for o caso:

- F) DECLARA, sob as penas da Lei, que é optante do “SIMPLES NACIONAL”.
- G) DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como
() Microempresa(ME)



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

() Empresa de Pequeno Porte EPP, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não esta sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 e 49 da citada Lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documentos(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, para a regularização, estando ciente que, do contrario, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas na Lei n. 14.133/21.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Local, data

Assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº __/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº __/2026,
QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA
MUNICIPAL DE DELTA POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE OBRAS E A EMPRESA

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE DELTA/MG**, CNPJ N.º 01.020.881/0001-75, COM SEDE NA ADILSON ANTÔNIO CARNEIRO, Nº 25, NA CIDADE DELTA/MG, NESTE ATO REPRESENTADA POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL **JOELMA LUCIA FARIA OLIVEIRA**, DENOMINADA CONTRATANTE, E A **EMPRESA** _____, INSCRITO(A) NO CNPJ/MF SOB O Nº _____, SEDIADO(A) NA _____, DORAVANTE DESIGNADO CONTRATADO, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR _____, portador do documento CPF: _____, CONFORME ATOS CONSTITUTIVOS DA EMPRESA OU PROCURAÇÃO APRESENTADA NOS AUTOS, TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO Nº __/2026, E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE CONTRATO, DECORRENTE DE **CONCORRÊNCIA – EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL - PARA REALIZAÇÃO DE OBRA PÚBLICA DE CONSTRUÇÃO DE CASAS HABITACIONAIS**, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR ENUNCIADAS.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS HABITACIONAIS**, nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais anexos do Edital __/2026.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. O Projeto Básico, Anteprojeto e Projeto Executivo;
- 1.1.2. O Edital da Licitação;
- 1.1.3. A Proposta do contratado;
- 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

5.1.1. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

2.1 O prazo para execução do objeto será de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, caracterizando-se como contratação por escopo, nos termos do inciso XVII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

2.2 O prazo de vigência do Termo de Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

2.3 A vigência contratual poderá ser prorrogada mediante Termo Aditivo, devidamente justificado conforme art. 124 da Lei nº 14.133/2021

2.4 Tratando-se de obra ou serviço com escopo previamente definido, o prazo de vigência será prorrogado caso o objeto não for concluído no período inicialmente estabelecido, desde que observadas as disposições do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

2.5 Caso a não conclusão do objeto decorra de culpa da contratada, esta será formalmente constituída em mora, sujeitando-se às sanções administrativas cabíveis. Nessa hipótese, a Administração poderá optar pela extinção do contrato, adotando as medidas legalmente previstas para assegurar a continuidade da execução da obra.

2.6 Todos os equipamentos, ferramentas, máquinas, insumos e demais recursos necessários à perfeita execução dos serviços correrão integralmente por conta da contratada, sem ônus adicional para a Administração.

2.7 Homologado o resultado do certame, o adjudicatário será convocado para assinatura do Termo de Contrato, devendo fazê-lo no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Administração, hipótese em que poderá ser concedida prorrogação uma única vez, por igual período.

CLÁUSULA TERCEIRA – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 A empresa a ser contratada deverá estar legalmente constituída, com especialização comprovada no ramo da engenharia, devidamente habilitada e regulamentada pelos conselhos profissionais competentes, em estrita observância à legislação vigente e às diretrizes técnicas aplicáveis.

3.2. Qualificação Técnica:

3.3. Comprovação de inscrição ou registro da empresa e do profissional técnico responsável junto ao conselho de classe pertinente (CREA/CAU).

3.4. Apresentação de cópia autenticada ou original de atestado técnico, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente vinculado à respectiva certidão de acervo técnico (CAT) expedida pelo conselho competente em nome do profissional, que demonstre capacidade técnico-profissional mediante a execução de obra ou serviço de características análogas para fins de contratação.

3.5. Apresentação de cópia autenticada ou original de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado em nome da pessoa jurídica, que comprovem capacidade técnico-operacional, regularmente expedidos pelo conselho profissional competente, em nome do profissional da empresa à época da prestação dos serviços/obra a que se referem os atestados, evidenciando capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

3.6. A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, sendo consideradas aquelas cujo valor individual seja igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

3.7. Não será aceito atestado de capacidade técnica emitido por empresa que participe da mesma licitação.

3.8. Na hipótese de apresentação, por licitante, de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha integrado e, caso o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não especifique a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão observados os seguintes critérios para avaliação da qualificação técnica:

3.9. Se o atestado tiver sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas serão reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, exceto em licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, nas quais todas as experiências atestadas serão reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

3.10. Se o atestado tiver sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas serão reconhecidas para cada consorciado de acordo com seus respectivos campos de atuação, inclusive em licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

3.11. Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não esteja expressamente indicado no atestado ou na certidão, deverá ser anexada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

3.12. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que tenham motivado a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do artigo 156 da Lei nº 4.133, de 1º de abril de 2021, em decorrência de orientação proposta, prescrição técnica ou qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

3.13. O licitante deverá apresentar declaração formal que realizou vistoria minuciosa no local da prestação dos serviços objeto do contrato, tomando conhecimento das condições reais de execução dos serviços, bem como de todas as informações e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, ou declaração formal de que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto deste Edital, assumindo total responsabilidade pela não realização da vistoria, não podendo apresentar questionamentos futuros que impliquem em avenças técnicas ou financeiras, isentando o município de Delta de qualquer reclamação ou reivindicação. (Art. 63, §§ 2º, 3º e 4º da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA QUARTA - PREÇO

4.1 O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

4.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.2 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO PARA PAGAMENTO

5.1 O valor contratado será fixo, compatível com os preços praticados no mercado, incluindo todos os custos diretos e indiretos necessários à plena execução do objeto, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, materiais, equipamentos, transporte,



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

taxas, seguros e demais despesas incidentes, não cabendo qualquer ônus adicional ao Município de Delta/MG.

5.2. Por ocasião da apresentação da Nota Fiscal, a contratada deverá comprovar sua regularidade fiscal mediante a juntada da Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM) do seu domicílio tributário. Caso sediada no Município de Delta/MG, deverá apresentar a certidão municipal local; se sediada em outro município, a certidão correspondente à sua sede.

5.3. O pagamento será efetuado mediante medições mensais, baseadas nos quantitativos efetivamente executados conforme planilha orçamentária contratada, respeitado o prazo máximo de 30 (trinta) dias entre as medições, devidamente atestadas pelo fiscal do contrato.

5.4. A liquidação da despesa ocorrerá somente após a verificação da conformidade dos serviços executados com os projetos e especificações técnicas, nos termos do art. 92, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

5.5. A Nota Fiscal e toda a documentação pertinente à medição deverão ser protocoladas no setor competente do Município de Delta/MG ou encaminhadas ao setor responsável pela fiscalização da obra por meio do endereço eletrônico oficial: obras@delta.mg.gov.br

5.6. A Nota Fiscal deverá estar acompanhada das seguintes certidões e documentos válidos:

- a) Certidões de regularidade fiscal (Municipal, Estadual e Federal);
 - b) Relatório fotográfico atualizado da execução dos serviços;
 - c) Outros documentos exigidos pela fiscalização.
- 10.7. A Nota Fiscal deverá conter obrigatoriamente:
- d) descrição do objeto executado;
 - e) números do contrato administrativo;
 - f) números do processo licitatório;
 - g) números do CNO da obra;
 - h) identificação da medição correspondente;
 - i) dados do convênio ou instrumento de repasse, quando aplicável.

5.7 Caso a Nota Fiscal seja emitida por empresa estabelecida fora do Município de Delta/MG, deverão ser observadas as disposições da legislação tributária municipal relativas ao ISSQN.

5.8 Eventuais penalidades pecuniárias poderão ser descontadas dos valores devidos à contratada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9 Não será admitido pagamento antecipado por serviços não executados.

5.10 Antes do início da execução da obra, a contratada deverá apresentar cronograma físico financeiro detalhado para aprovação da fiscalização. Apresentar a atualização, a cada 180 dias, da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) referida na Lei nº 12.440 de 07.07.2011.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

6.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

6.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

6.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

6.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

6.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

6.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato. 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

6.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro feitos pelo contratado.

6.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 Efetuar a entrega em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das Especificações do Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal. 7.2 Atender às determinações da fiscalização da contratante e providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização quanto a entrega dos bens.

7.3 Manter entendimento com a contratante, objetivando evitar interrupções ou paralisações durante a entrega dos bens.

7.4 A contratada deverá indicar funcionário que mantará entendimento com a administração, bem como telefone e e-mail para contato.

7.5 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

7.6 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso.

7.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

7.8 Comunicar ao contratante, no prazo estipulado, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.9 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

7.10 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

7.11 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

7.12 Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os documentos solicitados.

7.13 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

7.14 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

7.15 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

7.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

7.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

7.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

7.21 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

7.22 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

7.23 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

7.24 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

7.25 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA OITAVA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Pelo descumprimento do ajuste a contratada sujeitar-se-á às seguintes penalidades, que só deixarão de ser aplicadas nos casos expressamente previstos de:

8.2 comprovação pela contratada, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual;

8.3 manifestação da unidade requisitante informando que a infração contratual foi decorrente de fatos imputáveis à Administração;

8.4 Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da empresa, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

8.5 Multa de 0,3% (três décimos por cento), calculados sobre o valor total do item requerido, por dia de atraso injustificado na entrega de qualquer objeto até o 30º (trigésimo) dia. Ultrapassados os 30 (trinta) dias, a contratada poderá manter o contrato, caso em que persistirá a multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado;

8.6 Multa de 0,3% (três décimos por cento), calculados sobre o valor total do item requerido, por dia de atraso injustificado na substituição e/ou complementação do objeto, até o 30º (trigésimo) dia. Ultrapassados os 30 (trinta) dias, a contratada poderá manter o contrato, caso em que persistirá a multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado;

8.7 Multa de 0,5% (cinco décimos por cento), por ocorrência, nos demais casos de descumprimento contratual e/ou desatendimento das determinações da Administração Pública;

8.8 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de a Contratada, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa a rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual quando a Prefeitura, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada;

8.9 Multa de 20% (vinte por cento), pela recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida;

8.10 O valor da(s) multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Prefeitura. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela contratada no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da aplicação da sanção;

8.11 As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantira a

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias.

8.12 Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o

retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficara impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei Federal 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais;

8.13 As multas são independentes. A aplicação de uma multa não exclui a das outras.

CLÁUSULA NONA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

9.1 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.1.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

9.1.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

9.1.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

9.2 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

9.2.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

9.2.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

9.2.3 Indenizações e multas.

9.3 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21. O acompanhamento será realizado pelo gestor e fiscal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente, sendo tais circunstâncias anotadas mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o município e a contratada deverão ser formalizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

Estado de Minas Gerais

10.4. O município poderá convocar representante da empresa para a adoção de providências que demandem cumprimento imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato, o município poderá convocar o representante da empresa contratada para uma reunião inicial, com o objetivo de apresentar o plano de fiscalização. Este plano conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada (se houver), do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, entre outros aspectos.

10.6. Gestor e Fiscal:

10.7 Gestora do Contrato: Nome completo: Kauani Taynna Ferreira Petterle Cardoso
Matrícula: 2554 CPF: 084.855.318-57 Função: Gestora do Contrato

10.8 Fiscal do Contrato: Nome completo: Suliene Rodrigues da Silva Santos Matrícula: 2465 CPF: 142.371.686-89 Função: Fiscal do Contrato

10.9 O presente projeto básico é acompanhado da declaração de nomeação de gestor e fiscal do Contrato, sendo que o ordenador da despesa deverá manter atualizado o nome do responsável pela fiscalização da execução da entrega, do gestor e do fiscal.

10.10 O fiscal do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

10.11 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.12 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.13 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.14 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

02.10.16.482.0047.44.90.51.00.00 – Rubrica – 435 – (Obras)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE

14.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3 Administração deverá atentar para que o índice utilizado seja o indicador mais próximo da efetiva variação dos preços dos bens a serem fornecidos, valendo-se, pois, em regra, da adoção de índices setoriais ou específicos.

14.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.5 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.6 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.7 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

14.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.9 O reajuste será realizado legislação vigente.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – GRANTIA DA CONTRATAÇÃO

15.1 A garantia contratual será exigida com o objetivo de assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas.

15.2 Para a presente contratação, considerando tratar-se de obra de engenharia de médio porte, fica estabelecida a exigência de garantia no percentual de:

15.2.1 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme art. 98 da Lei nº 14.133/2021.

15.2.2 A garantia poderá ser apresentada nas modalidades previstas em lei, tais como:

- a) Caução em dinheiro ou títulos de dívidas públicas;
- b) Seguro – Garantia;
- c) Fiança bancária;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Uberaba – MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

18.1 O presente instrumento de contrato é vinculado ao Processo Licitatório n. ____/2026, Concorrência n. ____/2026 e seus anexos.

Delta, ____ de ____ de 2026.

Empresa Registrada

Secretaria de Obras
Joelma Lúcia Faria Oliveira



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

Gestora de Contratos
Kauani Taynna Ferreira Petterle Cardoso

Fiscal do contrato
Suliane Rodrigues da Silva Santos

TESTEMUNHA:

01	02
-----------	-----------



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

ANEXO VI
ORÇAMENTO COMPLETO



Disponível em:

https://drive.google.com/drive/folders/1lfhq4x4t1_MFq1yc8mPAjEdqDhcyRCvX?usp=drive_link

ANEXO VII
PROJETOS DA OBRA



Disponível em:

https://drive.google.com/drive/folders/1xulrSBq9lqBqFRKOKW9mmLWAKRqPx8qh?usp=drive_link



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais

ANEXO VIII
MATRIZ DE RISCO



Disponível em:

<https://drive.google.com/drive/folders/1N2wHm1w9-icTgR63BYQHVTunQ8QG4TA5?usp=sharing>



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
Estado de Minas Gerais